

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT07.007](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT07.007)

TERRITÓRIO DO MEDO: LGBTFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Jeam Claude de Souza Gomes

Mestre em Estudos Urbanos e Regionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, jeagomes50@gmail.com;

João Paulo Teixeira Viana

Mestre em Ensino de Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, jpviana25@yahoo.com;

Ana Karlany Sena

Licenciada em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia-IFRN, karlanysds@gmail.com;

RESUMO

A educação é um direito legado a todos, porém nos últimos anos os espaços escolares, tem se tornado territórios do medo para muitos estudantes LGBTQIA+. Destarte, o presente trabalho tem como objetivo apresentar narrativas de estudantes LGBT's que passaram por situações de violência psicológica por sua orientação sexual, e que sentiram falta de apoio para lidar com essas situações. Como metodologia, foi realizado no primeiro momento a pesquisa bibliográfica digital, seguido de aplicação de formulário eletrônico, onde o público-alvo foi captado pelo método conhecido no Brasil por bola de neve. Constatou-se com o estudo que de fato a escola tem se tornado um território onde habita o medo, e que as medidas tomadas são paliativas que não combatem nem recriminam este tipo de violência, onde o corpo escolar tem sido frágil frente a essas situações.

Palavras-chave: Medo, LGBTfobia, Escola.

INTRODUÇÃO

“Todos aqueles que habitam o mundo têm o direito de estar aqui em virtude de seu estar aqui. Para estar aqui significa que você tem o direito de estar aqui.”
JUDITH BUTLER (2012)

O acesso à educação é estabelecido em lei como um direito comum a todos, segundo consta no artigo 2 da lei de diretrizes e bases da educação, além da família é dever do Estado fornecer acesso a educação “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Porém, para muitos alunos e alunas, o ambiente escolar tem se tornado um território do medo, onde as práticas de violência psicológica têm se tornado comum na rotina desses estudantes, o que gera diversas consequências psicossocial em suas vidas.

Atualmente, esse quadro tem se agravado com o retorno dos estudantes ao convívio social pós-pandemia. Uma pesquisa realizada pela secretaria estadual de educação do Estado de São Paulo, constatou “o aumento de 48,5% dos casos de agressões físicas nos dois primeiros meses de aula este ano, em comparação à 2019, ano em que as aulas presenciais aconteciam normalmente. No período, houve registro de 4.021 casos de agressões físicas nas escolas estaduais” (BASÍLIO, 2022). O estudo revela ainda o crescimento de “ações violentas praticadas por grupos ou gangues nas escolas – até 24 de março eram contabilizados 221 casos, contra 68 no mesmo período de 2019 – bem como aumento dos casos de bullying (77%) e ameaças (52%)” (BASÍLIO, 2022).

Destarte, percebe-se que o espaço escolar tem se tornado um território habitado pelo medo, onde milhares de estudantes, sofrem diariamente com ataques seja pela sua orientação sexual, raça ou crença. O que fere em alto grau o que é estabelecido em lei. Portanto, esta pesquisa torna-se necessária para chamar atenção do corpo escolar, na busca por soluções que tornem a escola, um espaço igualitário, transformador e libertador.

Dentre as práticas de violência e bullying escolar, a que mais tem afetado o desempenho de estudantes é a LGBTfobia, onde

segundo informações divulgadas pela CNN Brasil e de acordo com a organização Todos Pela Educação, apenas 26% das instituições escolares abordaram o tema “LGBTfobia”. Segundo matéria publicada pelo observatório G (2021), “entre as questões apontadas pelo levantamento, o machismo é o tema menos discutido nas escolas, com projetos em apenas 15,8% das instituições. Já 48% das escolas afirmaram ter projetos para tratar relações étnico-raciais, incluindo o racismo; e as desigualdades sociais por 35,9%”.

Associado a isso, torna-se um agravante, quando de acordo com “dados da pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil, de 2016, aponta que 73% dos estudantes LGBTQIA+ sofreram agressões verbais e 25% sofreram violência física por causa de sua orientação sexual e, por esse motivo, 60% se sentiam inseguros/as na escola. Na mesma pesquisa, 36% dos/das respondentes expressaram que consideraram “ineficaz” a resposta dos/das profissionais para impedir as agressões” (CAVALCANTI et. al, 2021, p. 577).

Sobre o uso do conceito de território pretendemos aqui apresentar sua contextualização a partir do olhar do medo. Sobre a definição de território SOUZA (1995) vai classificar o “território como espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, nos estudos de RAFFESTIN (1993), o território “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (p. 143). Trata-se então de “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (p. 144).

Assim, é no território que são constituídas as relações de poder e que em muitas situações imperam desigualdades, econômica, sociais, pensamentos e conflitos que levam a práticas de violência. Nesse contexto vão se constituindo “territórios do medo”.

Portanto, “o medo ao se territorializar no indivíduo, estabelece atitudes que possibilitam a diminuição da sensação de segurança, como evitar transitar e permanecer em determinados locais no urbano. O medo também se territorializa no próprio espaço urbano, nas praças, ruas escuras e locais normalmente tido como perigosos” (MOURA et. al, 2020, p. 03).

Logo, esses fatores impactam diretamente nas “práticas socioespaciais da comunidade LGBTQIA+ são alteradas, principalmente no ato de evitar o uso desses, configurando os mesmos como

“territórios do medo”. O medo comporta enquanto uma (multi) territorialidade, varia no tempo e no espaço, sendo assim determinados discursos constituem a marginalização e a violência de partes da ocupação urbana contra a população LGBTQIA+” (MOURA et. al, 2020, p. 03).

Deste modo, o objetivo central desse estudo é apresentar narrativas de cinco estudantes LGBT’s da cidade de Natal – RN, que passaram por momentos de medo no espaço escolar, devido sua orientação sexual e que em alguns casos não tiveram apoio do corpo gestor escolar para combater essas práticas. Os estudantes não tiveram seus nomes identificados e responderam a um formulário eletrônico semiestruturado, com perguntas abertas, onde o processo de captação do público ocorreu pelo método conhecido no Brasil por “bola de neve”, que consistiu em criar uma rede de confidente composto pelos cinco participantes. Por meio das narrativas, pode-se constatar que a escola tem se tornado um território do medo para estudantes LGBT’s e que ainda existem falhas por parte do corpo escolar que precisam ser corrigidas para que essas práticas de violência sejam banidas da escola.

REFLEXÕES SOBRE GÊNERO

Muitas são as definições acerca do termo gênero, onde durante muito tempo existe um embate entre movimentos ligados a questão de gênero, igreja católica e evangélicas. De um lado prega-se a igualdade de gênero, o direito ao corpo e empoderamento feminino. Em contrapartida o lado conservador traz consigo um discurso pautado em ensinamentos bíblicos e na identidade sexual biológica de homens e mulheres. Butler (2018, p.39) enfatiza que “o gênero é induzido por normas obrigatórias que exigem que nos tornemos um gênero o outro” onde a reprodução do gênero “é, portanto, sempre uma negociação com o poder”. Sendo assim homens e mulheres vivem acorrentados a uma norma, imposta muitas vezes por teorias ou padrões conservadores que impõe aquilo que queremos/deveremos ser. Desta forma é importante a união de movimentos de gênero na luta pela igualdade e o estabelecimento de políticas de gênero que busquem romper com esse padrão normativo/heteronormativo. Sobre conceito de gênero, Louro (1997) concebe os

conceitos gênero no plural em uma de suas obras, faz uma leitura histórica da educação sob a perspectiva de gênero, explicita que o gênero se trata de uma construção social e histórica de sujeitos femininos e masculinos. Sendo assim, o gênero pode ser caracterizado como um fator relacionado à convivência social, construído culturalmente, não apenas ancorado nos discursos das diferenças biológicas entre os sexos. Como afirma Meyer (2010, p. 16):

as abordagens feministas pós-estruturalistas se afastam daquelas vertentes que tratam o corpo como uma entidade biológica universal (apresentada 203 como origem das diferenças entre homens e mulheres, ou como superfícies sobre a qual a cultura opera para produzir desigualdades) para teorizá-lo como construto sociocultural e linguístico, produto e efeito de relações de poder. Nesse contexto, o conceito de gênero passa a englobar todas as formas de construção social, cultural e linguística implicadas com os processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que incluem seus corpos, distinguindo-os e separando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade.

A questão do gênero ainda é algo desigual, onde uma grande parcela da sociedade está aprisionada aos velhos discursos conservadores, onde a figura masculina é sempre caracterizada, como o forte dominante dando-lhe poderes ao mundo. Enquanto e a mulher, restou-lhe a inferiorização. Para ela, muitas vezes o aprisionamento do lar, que segundo a concepção conservadora suas funções são estritamente reprodutivas e domésticas. É notório que muitas mulheres conseguiram e conseguem romper a barreira da desigualdade, porém muitas delas ainda estão acorrentadas as teorias conservadoras cristã.

Outro fator de grande preocupação apesar dos avanços das discussões acerca da igualdade de gênero, e o retrocesso que vivemos em na sociedade em especial no Brasil, inúmeras políticas, projetos, decretos e conselhos de participação social estão sendo extintos por uma elite de político conservadores, servindo como um alerta aos movimentos sociais, neste caso em especial os feministas e lgbtqi+.

IDEOLOGIA DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

O discurso da ideologia de gênero começou a ser arquitetado pela igreja católica, juntamente com membros de igrejas evangélicas em meados da década de 90, como bem enfatiza Machado (2018):

Na segunda metade da década de 90, sacerdotes e teólogos começaram, então, a formular um discurso para rebater a perspectiva de gênero que vinha sendo desenvolvida pelas acadêmicas feministas de vários países do mundo. As estratégias discursivas adotadas pelas/os intelectuais da Igreja Católica relacionam os pressupostos da perspectiva de gênero com as ideologias seculares e com as formas de sexualidades alternativas ao padrão cristão.

Ainda sobre o surgimento da chamada ideologia de gênero Junqueira (2017, p. 47), afirma que a ideologia se trata de uma “invenção católica que emergiu sob os desígnios do Pontifício Conselho para a Família e de conferências episcopais, entre meados dos anos de 1990 e início dos 2000”. O autor enfatiza ainda que:

A chamada “ideologia do gênero” é “denunciada como uma forma de ‘doutrinação neototalitária’, de raiz marxista e atea (...) camuflada em discursos sobre emancipação, liberdade e igualdade (...) uma imposição do imperialismo cultural dos Estados Unidos da América, da ONU, da União Europeia e das agências e corporações transnacionais dominadas por ‘lobbies gays’, feministas, juntamente com defensores do multiculturalismo e do politicamente correto, extremistas ambientalistas, neomarxistas e outros pós-moderanos” (p. 49-50).

É importante enfatizar ainda que a referida ideologia funciona segundo Junqueira (2007, p. 48) “como um slogan catalisador de manifestações contrárias a políticas sociais, reformas jurídicas e ações pedagógicas de promoção dos direitos sexuais e punição de suas violações, de enfrentamento de preconceitos, prevenção de violências e combate a discriminações (hetero)sexistas”.

Quanto a violência de gênero Saffioti (2001) afirma ser um “conceito amplo” que atinge “mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos”. Muitas vezes ancorado em um discurso conservador/patriarcal acha-se no direito de exercer, controlar, ditar e punir aquele ou aquela que fuja do padrão da heteronormatividade. Essas práticas incidem severamente no aumento dos casos de feminicídio e lgbtfobia.

O CENÁRIO DA LGTFOBIA NO BRASIL

Cerca de 20 milhões de brasileiras e brasileiros (10% da população), se identificam como pessoas LGBTQIAPN+, de acordo com a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Desse universo, 92,5% relataram o aumento da violência contra a população LGBTQIAPN+, segundo pesquisa da organização de mídia Gênero e Número, com o apoio da Fundação Ford. Outro agravante é revelado em um estudo divulgado pela portal mídia ninja revelando que 26,9% dos estados brasileiros não mencionam as comunidades LGBTQIAPN+ em seus Planos Plurianuais (PPAs).

Esses documentos são de fundamental importância na elaboração de políticas públicas, por definir diretrizes, objetivos e metas da administração pública com vigência norteador formulador da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Isto representa um retrocesso gravíssimo, tendo em vista que ao não mencionar a comunidade LGBTQIAPN+ em seus PPAs, os estados brasileiros legitimam as práticas LGTfobias e negligenciam na produção de políticas públicas direcionadas a comunidade.

Os casos de violência contra a população LGBTQIAPN+ não ficam apenas em agressões físicas e verbais, segundo relatório emitido pela *Transgender Europe* os assassinatos motivados por LGTfobia são apenas a “ponta do iceberg” (2019). Os dados registrados na base de denúncias do disque 100 do Ministério dos Direitos Humanos, em 2017, identificou-se que a maior parte das denúncias das pessoas LGBTQIAPN+ diz respeito à violência psicológica. Essa categoria inclui atos de ameaça, humilhação e bullying. Em segundo lugar nas denúncias de LGBTQIAPN+ ao Disque 100 estão os crimes de discriminação – por conta do gênero e/ou sexualidade de um

indivíduo em diversas esferas, como na da saúde e do trabalho. Já em terceiro lugar está a violência física – que inclui desde a lesão corporal até o homicídio.

LGBTFOBIA NO CHÃO DA ESCOLA: UMA REALIDADE LATENTE

No Brasil, desde a constituição de 1988, sabe-se que a educação é um direito de todos e todas, portanto não pode ocorrer processos de exclusão ou seletividade, sendo respeitadas todas crenças, culturas e expressões de gênero. É de fundamental importância que a escola seja um ambiente onde prevaleça à igualdade entre educandos e que a mesma desenvolva ações e projetos que visem o estímulo da igualdade e do respeito às diferenças.

Ao falar sobre as questões de gênero e orientação sexual Althusser (1970) afirma que a partir do momento em que a escola atua como aparelho ideológico do Estado, ela populariza suas ideias oriundas de uma classe dominante e reprime, mesmo que de forma implícita, ideias contrárias, dissimulando métodos “educativos” excludentes.

Dessa forma, compreendendo-se que a escola é um espaço de todos, deve estar sempre aberta ao diálogo, incitando o pensamento crítico e a reflexão sobre a realidade social na qual está inserida, como uma comunidade democrática deve agregar a todos os setores sociais nas mais diversas discussões. Assim, evitar tratar com educandos sobre temas que envolvam gênero, LGBTFobia, dentre outros, uma é institucionalizar o preconceito, independentemente da percepção ou da existência de casos dentro das instituições, omitir estas discussões é fortalecer a ignorância e preservar o preconceito além de perpetuar a invisibilidade.

Deste modo, “ao não falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda eliminá-los, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui, o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da “norma” (LOURO,1997, p. 67).

A missão da escola é garantir que todos na sociedade respeitem todas as formas de identidade. Não levantar essa questão no BNCC sugere não ser de interesse

da escola a reflexão sobre um país sexista, misógino e homofóbico, pela comunidade escolar. Este é um sério revés. Falar sobre as questões de gênero e de orientação sexual dentro das escolas é algo no qual ainda se apresenta como um grande tabu, pois, considerando a escola como aparelho ideológico do Estado, está terminando por tornar popular as ideias provenientes de uma classe dominante que, por medo de perder essa “dominância”, sufoca ideias que vão em desencontro à sua ideologia (ARAÚJO et al, 2021, p.583).

As instituições de ensino têm se tornado um ambiente onde os casos de LGBTfobia tem crescido a cada segundo. Dentre essas práticas as mais comuns são: xingar, ameaçar, amedrontar, intimidar, humilhar, hostilizar, ofender, excluir, difamar, assediar, abusar, gritar, bater, chutar, empurrar, perseguir, violentar, apelidar, furtar ou danificar particulares de pessoas LGBTs ou entendidas como tal. (TEIXEIRA, 2011, p. 26-27).

Dados da Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil, de 2016, apontaram que 73% dos estudantes LGBTQIA+ sofreram agressões verbais e 25% sofreram violência física por causa de sua Orientação sexual e, por esse motivo, 60% se sentiam inseguros/as na escola. Na mesma pesquisa, 36% dos/das respondentes expressaram que consideraram “ineficaz” a resposta dos/das profissionais para impedir as agressões (ARAÚJO et al, 2021, p.577).

Destarte, na ânsia de uma sociedade mais justa, solidária e de escolas livres de preconceitos e discriminações, é preciso identificar e enfrentar as dificuldades que encontramos na promoção dos direitos humanos, principalmente problematizando, desestabilizando e subvertendo a “doença” da homofobia (JUNQUEIRA, 2019, p. 13). O padrão heteronormativo enraizado na sociedade brasileira e inflamando por lideranças políticas atuais tem gerado um ambiente censurável na sociedade civil refletido nas escolas que exhibe a violência contra a comunidade LGBT como um estereótipo crescente de autoafirmação pessoal baseada em estereótipos de gênero entaltecendo comportamentos agressivos e hostis.

de fundamental importância que as instituições educacionais previnam e extingam toda e qualquer forma de discriminação. Para isso, é necessário que exista um ciclo de diálogo entre professores, funcionários, diretores, pais e alunos, acerca da diversidade sexual para que a escola seja um ambiente de inclusão através da informação e do respeito, onde as barreiras do silêncio sejam quebradas e que as denúncias possam ser resolvidas gerando, assim, um espaço saudável para o desenvolvimento de práticas educacionais que favoreçam uma formação digna para todos os educandos (ARAÚJO, et al, p. 586, 2021).

Dessa forma, quando a violência ocorre nas instituições de ensino, é importante que professores, equipe pedagógica e funcionário saibam administrar essas questões, fazendo com que educandos se sintam acolhidos e acolhidas, pois muitas vezes, em suas próprias casas, os alunos são expostos a estas situações de violência, implicando também a sua autoestima e educação cívica. No entanto, nem sempre os alunos conseguem denunciar tais situações à direção da escola devido a uma série de fatores, como: vergonha, falta de autoconfiança, medo ou receio de represálias do agressor e possível exposição do sujeito em sala de aula.

METODOLOGIA

Para construção desta estudo, no primeiro momento utilizou-se uma pesquisa bibliográfica em plataformas digitais, na busca por indicadores e definições teóricas sobre o tema. Em seguida, foi elaborado um formulário eletrônico semiestruturado registrado na plataforma *google forms*, sendo aplicado a cinco estudantes LGBT's de diferentes escolas públicas da cidade de Natal-RN. Para captação do público-alvo, utilizou-se o método denominada de *snowball* ou como conhecida no Brasil como "amostragem em Bola de Neve", ou "Bola de Neve" ou ainda, como "cadeia de informantes" (PENROD et al. 2003; GOODMAN, 1961, apud ALBUQUERQUE, 2009). Segundo GOMES (2021, p. 27):

essa técnica nos permite realizar uma amostragem não probabilística, e interação entre os indivíduos que estão envolvidos e serão estudados na pesquisa,




estes no que lhe concerne, vão indicar ou convidar amigos/conhecidos de sua rede, para integrarem o processo. Nesse método, temos as sementes que são aqueles que nos possibilitam o contato inicial com o entrevistado ou entrevistada.

Através desse método, criou-se uma rede de confidentes onde os entrevistados puderam de maneira anônima depositar suas narrativas para consolidação deste estudo. A primeira participante da pesquisa tem proximidade e já foi nossa aluna, sendo ela a semente que nos forneceu as demais indicações. Todos os entrevistados contaram sua narrativa através de plataforma eletrônica, não houve nem um tipo de contato físico ou visual com os estudantes, a não ser a participante número 01, conforme já relatado. Todo o processo de narrativa ocorreu de maneira anônima, onde nos responsabilizamos em não divulgar informações pessoais dos entrevistados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, apresentaremos narrativas de cinco estudantes LGBT's de escolas da rede pública de Natal – RN, com idade entre 14 e 20 anos, cursando ensino médio e que vivenciaram práticas LGBTfobias dentro da escola. A seguir apresentamos um quadro com o perfil dos participantes deste estudo.

Quadro 01 – Perfil dos Participantes

PARTICIPANTE	IDADE	EXPRESSÃO DE GÊNERO	IDENTIDADE DE GÊNERO	ORIENTAÇÃO SEXUAL
01	15		TRANSEXUAL	HETEROSSEXUAL
02	20		CISGÊNERO	HOMOSSEXUAL GAY
03	18		CISGÊNERO	HOMOSSEXUAL GAY
04	14		NÃO - BINÁRIO	PANSEXUAL
05	15		CISGÊNERO	HOMOSSEXUAL LÉSBICA

Fonte: elaboração própria (2022)

PARTICIPANTE 01 – O USO DO BANHEIRO FEMININO NA ESCOLA

Estou em fase de transição, e todos os dias me sinto desconfortável em ir para escola. Minha família tem me apoiado e me dado uma força enorme, porém na escola eu percebo muitos olhares estranho, e meus professores ainda têm dificuldade em me chamar pelo meu nome. Não vejo nem um tipo de mobilização na escola que fale sobre a questão da LGBTfobia.

Até que em uma manhã de terça, fui usar o banheiro e tinha três meninas na porta que barraram a minha entrada e me expulsaram, dizendo que eu tinha que usar o banheiro dos homens. Fui na direção reclamar da situação, as meninas foram chamadas na diretoria, mas não foram suspensas, apenas chamaram seus pais para conversar, o que não mudou muita coisa.

As meninas faziam muitas caras e bocas para mim., só conseguia usar o banheiro que era mais distante dos corredores da minha sala, e sempre ia com outra colega, pois tinha medo de sofrer alguma violência. Falei com meus pais sobre o que aconteceu, e eles foram até a escolar conversar com direção, mas não vi nem uma ação por parte da diretora para resolver minha situação. Só faziam advertir verbalmente, mas nada mudava me sentia tão insegura, que comecei a faltar algumas aulas e cogitei em mudar de escola, mas como faltava só dois meses para acabar as aulas e eu precisei aguentar firma.

O que me deu forças para continuar foi o apoio dos meus amigos e minha família, não é apenas lutar para usar o banheiro, mas legitimar aquilo que é meu por direito. Sou uma menina e devo ser tratada igual as outras com os mesmos direitos, e infelizmente a escola me negou algo tão simples.

PARTICIPANTE 02 – DE MÃOS DADAS COM MEU AMOR

Tenho 20 anos já vivi bastante coisa nessa vida, infelizmente atrasei meus estudos por diversos fatores, principalmente porque tinha que ajudar minha mãe e fui trabalhar muito jovem. Voltei aos estudos e nunca escondi minha sexualidade de ninguém. Nesse meio tempo conheci o amor da minha vida, e sempre andamos de

mãos dadas e nos abraçávamos em público como qualquer casal. Até que um dia, uma das coordenadoras da escola nos repreendeu e pediu que parássemos de ficar namorado pelos corredores da escola, senti um tom um pouco pejorativo, pois não observei ela repreender nenhum outro casal. Todos os alunos da escola nos respeitavam, então resolvi conversar com a direção.

Lá me explicaram que eram regras para todos e que devia ser cumprido. Sendo que, em nenhum momento praticávamos coisas ilícitas, eram apenas carícias normal de um casal. Notávamos no olhar das pessoas que dirigiam a escola, que elas nos reprovavam pela nossa orientação. Até que resolvemos fazer uma mobilização e conscientização sobre homofobia, e de cara colocaram mil empecilhos.

Resolvemos então, fazer cartazes e ir para a entrada da escola protestar, a direção nos chamou e se comprometeu em pegar leve, mas continuavam a proibir manifestação de carinho entre mim e meu namorado. Sei que a escola é um ambiente de estudo, com regras a serem seguidas, mas acredito que essas servem para todos sem distinção. Atualmente com a mudança do pessoal da direção, vejo algumas mudanças, mas nada muito concreto.

PARTICIPANTE 03- A AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Sempre gostei da disciplina de educação física, porém nunca fui fã de esportes “masculinizados” como o futebol, e na escola existe muito essa divisão de jogos por gênero. Em uma das aulas práticas, meu professor insistiu para que eu entrasse no time de futebol da turma, e deixasse de lado o vôlei que era praticado só pelas meninas. Eu disse para ele que não sabia jogar e que me sentia desconfortável, pois os meninos da escola sempre me tratavam com indiferença, principalmente porque nunca escondi meu jeito afeminado, ouvia muitas chacotas pelos corredores da escola.

Mas voltando para o jogo, a pressão era tão grande que eu entrei no time e tentei aprender alguma coisa, até que estava agachado arrumado a meia e senti um forte empurrão, cai e machuquei minha boca. Nesse momento o professor tinha se ausentado, e ninguém se apresentou como culpado. A turma inteira foi para a direção, e eu passei a tarde toda no hospital com minha mãe. Voltei

para escola dois dias depois, e notei que nada havia mudado, tinha uma sensação de estar sozinho, todos estavam desconfiados, soube que um dos meninos do time havia sido suspenso, mas isso não adiantaria muito, pois, ele voltaria em uma semana.

A vida continuou na escola, algumas vezes tem umas palestras sobre bullying, mas ainda tenho aquela sensação de solidão, de que não pertencço àquele lugar, e que as pessoas estão sempre me julgando, eu noto isso nos olhares deles. Tenho meus poucos amigos, que me ajudam nesses momentos difíceis. Continuo a gostar de educação física, meu professor nunca mais me pressionou a jogar futebol, ele ficou bem constrangido com a situação, acredito que serviu de lição, ele tem feito alguns jogos mistos, isso é bem legal porque entrosa o pessoal da turma.

PARTICIPANTE 05 – CORREDOR DO PÂNICO

Acredito que todo mundo já ouvi falar sobre o corredor “polonês”, que os meninos faziam na escola para mexer com as meninas, e no meu caso tentar me agredir. A hora do recreio é a melhor parte na rotina de um estudante, eu gostava muito. Até que um dia, um menino que eu não quis ficar, porque sou lésbica e todas na escola sabem, resolveu organizar um corredor com vários meninos para quando eu passar mexer comigo. Eu passei o intervalo inteiro com minhas amigas trancada no banheiro. Nesses momentos não tem quase ninguém da direção da escola nos corredores, a maioria fica na sala dos professores e os alunos brincando ou na fila do lanche. Era apenas 30 minutos de recreio, meu coração acelerava para que aquele momento passasse, sabia que se saísse dali e passe por aqueles meninos eles iriam mexer comigo. Eu pedi para uma colega minha chamar o vigia.

Foi então que ele veio e dispersou os meninos, só que eu via o olhar maldoso daquele menino que eu dispensei, era como se ele estivesse com o ego ferido. Contei o que tinha acontecido para os meus pais, eles foram até a escola e conversaram com a direção. Atualmente tem uma supervisora que fica nos corredores, mas nada foi feito para conscientizar aquele menino de que ele estava errado e precisava mudar. Eu sou uma aluna lésbica com muito orgulho, mas além de enfrentar a LGBTfobia na minha escola, eu

ainda preciso combater o machismo dos meninos que acham que as mulheres são objetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivava apresentar narrativas de estudantes LGBT's que foram expostos a situações de violência psicológica travestidas de LGBTfobia, e que ficaram marcadas em suas trajetórias de vida. O principal intuito desse artigo é alertar que mesmo com os avanços no campo das políticas públicas, vivemos um retrocesso que tem tornando a escola um território onde habita o medo.

Desta forma, faz-se necessário re-pensar práticas pedagógicas e ações inclusivas no chão da escola, realizando projetos de acolhimento e combate aos casos de LGBTfobia. Com a adoção da semana do orgulho LGBTQIA+, rodas de conversa, plantão e acompanhamento psicológico para vítimas e agressores. Além da realização de debates com pais e equipe pedagógica. A LGBTfobia está além dos muros da escola, a comunidade LGBTQIA+ convive constantemente em territórios do medo, principalmente em seus lares, bairros e cidades.

Deste modo, os espaços escolares comum a todos deve fornecer mecanismos de apoio e assistência para essa população, além de coibir emergencialmente todas as práticas de bullying na escola, onde isso só será possível com um esforço mútuo de todo corpo escolar. Os protagonistas dessa pesquisa conviveram e sentiram as marcas da LGBTfobia e em ambos os casos a equipe gestora da escola não soube lidar com esses conflitos, adotando medidas paliativas para resolução desses casos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BASILIO, Ana Luiza. **Retomada das aulas presenciais acirra a violência nas escolas. O que fazer para superá-la?** [S. l.], 08 maio 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/>

retomada-as-aulas-presenciais-acirra-a-violencia-nas-escolas-o-que-fazer-para-supera-la/. Acesso em: 3 jun. 2022.

CAVALCANTI ARAÚJO, MARIA CRISTINA ; Claude de Souza Gomes, Jeam ; DE FRANÇA, REBECCA ; DA SILVA JUNIOR, JOSÉ CARLOS .
BULLYING,

PRECONCEITO E VIOLÊNCIA LGBTQIA+FOBICA EM AMBIENTE ESCOLAR: UMA ANÁLISE NO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. REVISTA DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO , v. 9, p. 574-614, 2022.

DE SOUZA GOMES, J. C. GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E LGBTFOBIA NA ESCOLA. **Geoconexões**, [S. l.], v. 2, 2018. DOI: 10.15628/geoconexoes.2018.7070. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/article/view/7070>. Acesso em: 2 dez. 2022.

GOMES, Jeam Claude de Souza. **Do campo brotou margaridas: políticas de abordagem territorial e seus impactos para as questões de gênero da região do Mato Grande - RN.** 2021. 140f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

MOURA, P. ; DUARTE, T. S. . **TERRITÓRIOS DO MEDO PARA A POPULAÇÃO LGBTQIA+: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS SOBRE A FRAGMENTAÇÃO DA**

CIDADE. In: XXIX - CIC - UFPel, 2020, Pelotas. XXIX - CIC - UFPel. Pelotas: UFPel, 2020. v. XXIX. p. 1-5.

OLIVEIRA, Muka. **Estudo mostra que apenas 26% das escolas brasileiras falam sobre LGBTfobia em sala de aula** [S. l.], 16 ago. 2021. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/comportamento/estudo-mostra-que-apenas-26-das-escolas-brasileiras-falam-sobre-lgbtfobia-em-sala-de-aula>. Acesso em: 1 jun. 2022.

SAQUET, M. A. (2007). **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular.

SOUZA, M. J. L. (1995). O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BUTLER, Judith. 2003. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. [Prefácio; Capítulo 1 e o trecho "Inscrições corporais, subversões performativas" do capítulo 3].

DAS DORES, Campos Machado, M. O Discurso Cristão Sobre A 'Ideologia De Gênero'. *Revista Estudos Feministas*, V. 26(2), P. 447-463, 2018.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Ideologia de gênero": um dispositivo retórico de uma ofensiva antifeminista. In: Alfrancio Ferreira Dias; Elza Ferreira Santos; Maria Helena Santana Cruz (org.). **Gênero e sexualidades: entre invenções e desarticulações**. Aracaju: Editora IFS, 2017. p. 47-61.

LLEWELLYN, S.; NORTHCOTT, D. The "singular view" in management case studies qualitative research in organizations and management. *An International Journal*, v. 2, n. 3, p. 194-207, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista* Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MESQUITA, D. T; PERUCCHI, Juliana. Não apenas em nome de Deus: Discursos religiosos sobre sexualidade. **Psicologia e Sociedade**, 28 (1), 2016.

MEYER, D. E.E. *Gênero e educação: teoria e política*. In *Corpo, Gênero e Sexualidade*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PATTON, M. G. *Qualitative Research and Evaluation Methods*, 3 ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2002.

SAFFIOTI, HELEIETH. Primórdios do conceito de Gênero. Cadernos PAGU n. 12, 1999, pp.157-163.

ROSADO-NUNES, Maria José F. (2005) Gênero e Religião. Em: **Revista de Estudos Feministas**, Vol.13, no. 2, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, p.363- 365.

VALERIO, Adriana. (2005) A teologia, o feminino. Em: **Revista de Estudos Feministas**, Vol.13, no.2, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, p.367-386.